



“A tia às vezes fala umas coisas que eu não sei...”: desafios da escolarização de crianças migrantes e refugiadas no Brasil

Luciana Hartmann¹  
Universidade de Brasília

Resumo

Este artigo pretende debater experiências de escolarização vividas e narradas por crianças migrantes e refugiadas recém-chegadas ao Brasil. A pesquisa que dá origem ao texto é parte do projeto em rede “Infâncias protagonistas: uma proposta colaborativa de criação de políticas públicas para a integração de crianças migrantes e refugiadas em escolas brasileiras”, iniciado em 2022. Este projeto impulsionou a criação da Rede Infâncias Protagonistas: migração, arte e educação, no mesmo ano. O grupo de interlocutores é formado por crianças refugiadas venezuelanas moradoras de um Centro de Acolhimento localizado em Brasília (DF). A metodologia utilizada foi a etnografia performativa, que propõe um cruzamento da etnografia com os estudos da performance por meio da partilha de práticas artístico-pedagógicas. Ao enfatizar as vozes de crianças como Mariana (nome fictício), de 9 anos, na frase que dá título a esse artigo, pretendemos ampliar o debate sobre o papel da escola no acolhimento, bem como contribuir para a elaboração de políticas públicas para a escolarização de crianças migrantes e refugiadas no Brasil.

Palavras-chave

Crianças migrantes. Etnografia com crianças. Políticas públicas.

1. Pesquisadora PQ Cnpq – Nível 2. Professora do Departamento de Artes Cênicas e dos Programas de Pós-Graduação em Artes Cênicas/UnB e em Performances Culturais/UFG. Atua na área de Pedagogia do Teatro e da Antropologia da Performance.

«La tía a veces dice cosas que yo no sé...»: los retos de la escolarización de niños inmigrantes y refugiados en Brasil

“Sometimes my teacher says things I don’t know...”: challenges of schooling immigrant and refugee children in Brazil

Resumen: Este artículo pretende analizar las experiencias escolares vividas y narradas por niñas, niños y jóvenes migrantes y refugiados recién llegados a Brasil. La investigación en la que se basa este texto forma parte del proyecto en red «Infancias protagonistas: una propuesta colaborativa para la creación de políticas públicas destinadas a la integración de niños inmigrantes y refugiados en las escuelas brasileñas», iniciado en 2022. Este proyecto impulsó la creación de la Red Infancias Protagonistas: migración, arte y educación, ese mismo año. El grupo de interlocutores está formado por niñas, niños y jóvenes refugiados venezolanos que residen en un Centro de Acogida ubicado en Brasilia (DF). La metodología utilizada fue la etnografía performativa, que propone un cruce entre la etnografía y los estudios de la performance a través del intercambio de prácticas artístico-pedagógicas. Al destacar las voces de niñas como Mariana (nombre ficticio), de 9 años, en la frase que da título a este artículo, pretendemos ampliar el debate sobre el papel de la escuela en la acogida, así como contribuir a la elaboración de políticas públicas para la escolarización de las infancias migrantes y refugiadas en Brasil.

Palabras clave: Niños inmigrantes. Etnografía con niños. Políticas públicas.

Abstract: This article aims to discuss the school experiences lived and narrated by migrant and refugee children who have recently arrived in Brazil. The research that gave rise to this text is part of the network project “Children as Protagonists: A Collaborative Proposal for the Creation of Public Policies for the Integration of Immigrant and Refugee Children in Brazilian Schools,” launched in 2022. This project led to the creation of the “Childhood Protagonists Network: Migration, Art, and Education” in the same year. The group of participants consists of Venezuelan refugee children living in a Reception Center located in Brasília, Federal District. The methodology used was performative ethnography, which combines ethnography with performance studies through the sharing of artistic-pedagogical practices. By highlighting the voices of children like Mariana (a pseudonym), aged 9, in the phrase that serves as the title of this article, we aim to broaden the debate on the role of schools in the welcoming process, as well as contribute to the development of public policies for the schooling of migrant and refugee children in Brazil.

Keywords: Migrant children. Ethnography with children. Public policies.

“Tava em sexto ano allá, e aqui me pusieran en quarto...” – Introdução

Mariana: [Na Venezuela] *eu tava em sexto ano, não sei como se dice aqui, tava em sexto ano allá, e aqui me pusieran en quarto... Me pusieran em quarto ano porque para entrar em el sexto año tenia muita prova. (...)*

Luciana: *Sim, entendo... tiveste que fazer várias provas e entraste no quarto ano... Y como es para compreender el portugues, puedes entender?*

Mariana: *Sim, eu entendo, eu entendo e muito! A tia às vezes fala umas coisas que não sei, entonces eu me quedo así, olhando a ela. Aí ela fala, ela fala mais devagar prá eu entender, porque às vezes ela fala e eu não compreendo muito.*

Este é um extrato de uma conversa que tive com Mariana (nome fictício), de 9 anos, em 2022, quando ela vivia na Casa Bom Samaritano, localizada em Brasília (DF), Brasil. A Casa acolhe, por até 90 dias, famílias venezuelanas em processo de “interiorização”, uma alternativa oferecida no âmbito da Operação Acolhida, promovida pelo governo brasileiro em parceria com agências humanitárias e ONGs, para alocar as famílias migrantes e refugiadas venezuelanas que desejam sair da situação de abrigo na fronteira norte do país (no estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela)². Mariana já havia passado mais de 7 meses em um abrigo/refúgio em Boa Vista, capital de Roraima, e neste período não frequentou a escola. Quando chegou a Brasília, ela e seus irmãos (de 5 e 7 anos), foram imediatamente matriculados, com apoio dos profissionais da Casa.

Penso que este pequeno diálogo nos ajuda a refletir sobre alguns aspectos fundamentais do debate sobre as experiências de inclusão/acolhimento escolar de crianças migrantes e refugiadas no Brasil e sobre a importância de ouvir esses sujeitos. Gostaria de destacar especialmente três: (1) o fato de que Mariana passou por provas de nivelamento em português e não em seu idioma de origem, o espanhol; (2) que, por consequência, foi matriculada dois anos abaixo do nível que cursava na Venezuela; (3) que ela nem sempre compreendia bem a “tia” (professora), mas que, graças à performance desta, que repete e fala mais devagar quando percebe que a menina não domina o português, ela consegue acompanhar as aulas. Vale mencionar um quarto aspecto: eu e Mariana nos comunicamos em uma mescla de português e espanhol, que se mostrou confortável para ambas.

O que podemos constatar, nessas poucas frases, diz respeito tanto ao problema (coletivo), da falta de protocolos de inclusão e acolhimento nas escolas, ou seja, a inexistência de políticas educacionais específicas para a população migrante no Brasil; quanto à solução (individual), oferecida na atitude simples, mas eficaz, da professora, de repetir o conteúdo e falar mais lentamente.

Para debater experiências de escolarização vividas e narradas por crianças que, como Mariana, migrantes e refugiadas recém-chegadas ao Brasil, este artigo está organizado da seguinte maneira: de início, apresento um breve panorama sobre as alterações no panorama migratório brasileiro nas últimas duas décadas, as políticas públicas

2. A Operação Acolhida foi criada em 2018 pelo governo brasileiro para responder ao intenso fluxo de migrantes e refugiados vindos da Venezuela, que entram no país sobretudo pelo estado de Roraima. A operação foi estruturada como uma ação de caráter emergencial e humanitário, coordenada pelas Forças Armadas, com apoio de agências da ONU e diversas organizações da sociedade civil, e funciona com base em três eixos: o ordenamento da fronteira, que organiza a entrada e a documentação dos migrantes; o acolhimento, que oferece abrigo, alimentação e atendimento básico; e a interiorização, que promove a transferência voluntária dessas pessoas para outras regiões do Brasil. É neste terceiro eixo que se insere a Casa Bom Samaritano. Para maiores informações sobre a Operação Acolhida ver Nunes (2024) e <https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/oito-anos-da-operacao-acolhida-no-brasil>.

vigentes no país voltadas para este público e os estudos recentes sobre o tema. Após a exposição destes elementos, que embasaram a criação da Rede Infâncias Protagonistas: migração, arte e educação, em 2022, descrevo a Etnografia Performativa, metodologia desenvolvida e utilizada por membros da Rede. Na sequência, contextualizo a pesquisa realizada com crianças residentes na Casa Bom Samaritano (DF) e apresento algumas narrativas que elas contaram sobre suas vivências escolares. Na última parte, demonstro como as narrativas se inserem em processos de cocriação com as crianças, dando origem a produções como o livro “Pasito a Pasito, histórias de crianças venezuelanas” e o Podcast “Migracontos”. Nas considerações finais, procuro responder à pergunta: como promover espaços/tempo de escuta efetiva das crianças migrantes e o que fazer concretamente com esta escuta?

1 Por que ouvir as crianças migrantes e refugiadas? Breve panorama estatístico e teórico

Antes de entrar especificamente na apresentação e na análise de alguns dos desafios vividos por algumas crianças migrantes em suas experiências de escolarização em nosso país, é importante trazer alguns dados que costumam ser subestimados no debate sobre as migrações contemporâneas: entre 30% e 40% das pessoas em deslocamento no planeta são crianças e jovens menores de 18 anos (Relatório do ACNUR – *Global Trends*, 2024). Em nosso país não é diferente. Tonhati e Araújo (2023, p. 23), ao identificar o processo de “feminização das migrações” no Brasil na última década, argumentam que “com o aumento no número de mulheres, observa-se a chegada de mais crianças e adolescentes migrantes. De acordo com dados registrados no SisMigra, em 2021, quase 30% dos migrantes registrados no país tinham menos de 18 anos de idade”. Esta mudança no perfil migratório para o Brasil acarreta um impacto direto nas escolas, como aponta o relatório do OBMIGRA de 2021: “A partir dos dados do Censo Escolar realizado pelo INEP verifica-se que o número de estudantes migrantes matriculados na rede básica de ensino aumentou cerca de 195%, passando de 41.916 em 2010 para 122.900 em 2020. Observa-se um crescimento considerável do número de matrículas para todas as etapas da educação básica.” (Cavalcanti *et al.*, 2021, p. 35).

À despeito dessa mudança no perfil dos estudantes matriculados nas escolas brasileiras, estudos recentes apontam que as crianças migrantes ainda são sujeitos ausentes, invisibilizados, incompreendidos ou fracamente atendidos pela política educacional do país (André, 2016; Assumpção; Coelho, 2020; Azevedo; Amaral, 2022; Azevedo; Barreto, 2020; Damásio; Rodrigues, 2022; Florêncio, 2021; Oliveira, 2020; Waldman; Breitenvieser, 2021, entre outros). Segundo Dalila Oliveira, apesar dos avanços nas po-

líticas educacionais dirigidas à diversidade, pela implementação de diversos programas voltados ao acolhimento de grupos específicos no sistema escolar, estes não reverberaram em programas voltados ao atendimento de migrantes nas escolas (Oliveira, 2020).

Pesquisas sobre e com essa parcela da população, portanto, são fundamentais para superar uma certa "subalternização" histórica das infâncias, tanto nas produções acadêmicas quanto nas políticas públicas (Faria, 2015; Waldman; Breitenvieser, 2021; Damásio; Rodrigues, 2022; Moruzzi, Andrea Braga; Abramowicz, 2023; Azevedo Silveira, 2023) e podem contribuir para responder à provocação feita por Flávia Pires há mais de uma década: "O que as crianças podem fazer pela Antropologia?" (Pires, 2010).

Em termos de política pública, até o momento, no Brasil, podemos contar apenas com a Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020, emitida pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), que garante o direito à matrícula em escolas públicas a crianças migrantes, refugiadas e apátridas. Sua efetivação encontra uma série de entraves, sobretudo pela ausência de uma diretriz nacional, que acaba por imputar a responsabilização às escolas locais, sem que tenha havido um debate sobre estratégias de integração e a devida formação dos professores.

Diante desse cenário, em 2022 iniciamos o projeto "Infâncias protagonistas: uma proposta colaborativa de criação de políticas públicas para a integração de crianças migrantes e refugiadas em escolas brasileiras", aprovado no Edital Pró-Humanidades do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico). O projeto impulsionou a criação da Rede Infâncias Protagonistas: migração, arte e educação, composta por pesquisadoras, professoras da educação básica e superior, profissionais de ONGs, gestoras, crianças e jovens migrantes situadas em quinze estados brasileiros e em seis outros países (Colômbia, Venezuela, Moçambique, Portugal, França e Estados Unidos).

Uma das principais premissas da Rede é que as crianças migrantes, que frequentemente já protagonizam na vida prática a integração de suas famílias aos países de destino, possam contribuir de forma ativa na criação de metodologias que permitam a criação e a efetivação de políticas educacionais que lhes garantam o acesso pleno à escola. Ou seja, nesses processos elas atuam não apenas como interlocutoras, mas também como agentes decisórios dos processos, isto é, como copesquisadoras. Nessa abordagem, temos nos inspirado em reflexões desenvolvidas por pesquisadoras como Flávia Pires, que vem debatendo as diferentes posições existentes no campo antropológico sobre o uso de métodos e técnicas específicas – ou não – no estudo com crianças (Pires, 2007, 2010); Diana Milstein, que reflete sobre o significado da "etnografia COM" crianças e como esses processos criam oportunidades de aprendizagem para os adultos (Milstein, 2015, 2015) e as demais colegas da Red Internacional de Etnografia con Niños, Niñas y Adolescentes (RIENN), que tem discutido em diversas obras as

implicações da etnografia colaborativa realizada com crianças (Clemente *et al.*, 2021; Guerrero *et al.*, 2017, entre outras); Manfred Liebel e Marta Muñoz, que propõem uma diferenciação entre investigações *sobre* crianças, *com* crianças e *por* crianças e discutem os limites frequentemente impostos à participação das crianças como coprodutoras de conhecimento (Liebel; Muñoz, 2024); e, mais especificamente, no campo dos estudos com crianças migrantes, temos dialogado com Maitena Armagnague e Isabelle Rigoni (2016), que sustentam que nas pesquisas com crianças devemos tomar um cuidado teórico e metodológico que considere, por um lado, a questão central da subjetividade da criança e, de outro, valorize sua capacidade de mobilização política e de análise do mundo social.

Publicações recentes, lançadas na última década no país, como a coletânea “Crianças em deslocamentos – infâncias, migração e refúgio” (Norões; Santos; Santiago, 2022), os livros “Narrativas de infâncias refugiadas – a criança como protagonista da própria história” (Paraguassu, 2021) e “Um olhar para as crianças migrantes em escolas brasileiras” (Roldão; Branco, 2023) e o dossiê “*Migrações internacionais e infâncias*”, publicado na revista *Zero-a-Seis* (Norões; Santiago, 2021), entre outros, demonstram a atualidade e urgência do debate, para o qual nossa Rede pretende colaborar.

2 A etnografia performativa

Na Rede Infâncias Protagonistas, temos utilizado e aperfeiçoado procedimentos metodológicos comuns às diversas áreas de conhecimento e outros específicos e/ou característicos do campo das artes. Dentre os primeiros, podemos mencionar a revisão da literatura e reuniões para debate e compartilhamento entre os membros da equipe, o registro dos processos práticos realizados com as crianças por escrito, em diários de campo, bem como fotográfico e audiovisual e a observação participante. Dentre os procedimentos artísticos, utilizamos: jogos teatrais, improvisações, brincadeiras tradicionais, sessões de contação de histórias individuais e coletivas, experimentos com dança, música, artes visuais e performance. Todas as atividades são criadas e compartilhadas entre adultos e crianças. Neste processo de partilhas de práticas artístico-pedagógicas, surgiu o que passamos a chamar de “pesquisa etnográfico-performativa”. Esta é pautada em uma atitude estética, ética e política, que prevê, por um lado, a coautoria das crianças na pesquisa e, por outro, a intervenção direta das pesquisadoras no sentido de propor atividades lúdicas, questionamentos, formas de organizar o produto da pesquisa (Hartmann; Castro, 2024). Ou seja, fundamental em nossa abordagem metodológica é a valorização do protagonismo das crianças ao longo de todo o processo.

A “pesquisa etnográfico-performativa”, portanto, está situada no cruzamento da etnografia com os estudos da performance, no sentido de suprir demandas por uma forma de fazer pesquisa que permita a concomitância entre observar e participar, propor e compartilhar, investigar e criar.

No Projeto Infâncias Protagonistas, a metodologia se divide em três frentes:

1. Pesquisa bibliográfica com foco nos estudos interdisciplinares da infância, das migrações e, mais especificamente, em pesquisas com crianças migrantes. O projeto propõe-se também a um balanço aprofundado das políticas brasileiras voltadas para migração nos últimos vinte anos e dos marcos legais consolidados. Para isso, temos realizado um levantamento estatístico dos dados oficiais obtidos junto às secretarias de educação e desenvolvimento social acerca das condições migratórias das crianças e a inserção à rede de ensino brasileira.

2. Processos de escuta e cocriação com as crianças por meio de práticas artísticas e etnográficas, enfatizando seu protagonismo, realizados em escolas públicas das distintas regiões do país e do exterior envolvidas no projeto, bem como em organizações não governamentais que têm contribuído no acolhimento de migrantes e refugiados. Defendemos que a escuta das crianças migrantes possibilita dirimir uma lacuna significativa na literatura sobre a relação infância, migração e educação que, de fato, reconheça e priorize suas vozes, vivências e saberes. Manejando diferentes linguagens no campo das artes cênicas e da arte-educação, realizamos oficinas de teatro, de criação de jogos didáticos e produzimos o podcast “Migracontos”, com as vozes, brincadeiras, histórias, opiniões e reflexões das crianças migrantes. Importante salientar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Brasília e que estão sendo realizados todos os procedimentos éticos necessários à preservação das integridades físicas e emocionais das crianças, em sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei da Migração no Brasil e com as recomendações do Comitê de Direitos da Criança sobre a produção de dados com crianças migrantes.

3. Promoção de oficinas com profissionais de Educação e agentes envolvidos com os processos de integração das crianças migrantes nas escolas, como professoras, diretoras, pesquisadoras e agentes que atuam em ONGs. Essas oficinas preveem a produção de um conjunto de informações sobre a temática em tela e também fomentar a integração entre os agentes que atuam diretamente na inserção das crianças migrantes nas escolas. As oficinas são, portanto, instrumentos de capacitação para a práticas de trabalho com essas crianças, levando em consideração suas vivências, particularidades e necessidades. Um dos resultados concretos das oficinas já ministradas é o “Acervo Colaborativo de Boas Práticas de Acolhimento”, que, como já consta do nome, consiste em um banco de dados colaborativo que busca promover e fortalecer

uma rede de diálogo sistemática entre profissionais que atuam nas escolas, universidade, nas esferas públicas, agências humanitárias e ONGs, diretamente com crianças migrantes, refugiadas e seus familiares³.

3 O contexto da pesquisa: o que contam as crianças venezuelanas residentes na Casa Bom Samaritano – Brasília (DF)?

Para compreendermos o cenário no qual ouvimos as narrativas de algumas crianças venezuelanas, é necessário compreender o contexto migratório no qual se inserem essas crianças.

De acordo com a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial de Resposta a Refugiados e Migrantes da Venezuela (Plataforma R4V), até junho de 2024, já haviam entrado no Brasil cerca de 800.000 venezuelanos⁴. Destes, 132.626 foram reconhecidos como refugiados, 15.088 estão com a solicitação de refúgio em andamento e 479.751 têm autorização de residência. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2023b), mais de 125 mil migrantes e refugiados da Venezuela já foram interiorizados pelo Brasil por meio da Operação Acolhida, vivendo em mais de mil municípios de todas as regiões do país.

Em 2023, em Roraima, estado situado no extremo norte do país, que faz fronteira por terra com a Venezuela, havia cerca de 7.000 venezuelanos vivendo em 8 abrigos coordenados pela Operação Acolhida. Criada em 2018, a Operação Acolhida visa garantir o atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima, principal porta de entrada da Venezuela no Brasil, por meio da atuação integrada de servidores federais, militares, profissionais de organismos internacionais e entidades da sociedade civil. Estima-se que mais de 30% desse fluxo migratório seja constituído por crianças e jovens. A pergunta que nos colocamos foi: como vivem, o que fazem e pensam essa significativa parcela da população venezuelana deslocada?

Em janeiro de 2022, ainda sob as restrições da pandemia de Covid-19 (*Corona Virus Disease*), iniciamos uma pesquisa com o intuito de verificar o impacto da pandemia na escolarização de crianças migrantes e refugiadas⁵. Para isso, ao longo do ano,

3. O Acervo, iniciado em novembro de 2024 como parte do curso online “Para uma escola acolhedora: linguagens artísticas na inclusão de crianças em contextos migratórios”, está disponível no site: <https://www.infanciasprotagonistasunb.com.br/envio-acervo>.

4. Estima-se que cerca de 7 milhões de venezuelanos tenham deixado o país desde 2016. O Brasil é o 5º país mais procurado por esta população, depois da Colômbia, Peru, Equador e Chile (dados da Plataforma R4V).

5. Esta pesquisa, intitulada “Crianças protagonistas (2ª etapa): narrativas de pequenos imigrantes e os desafios da escolarização no contexto da pandemia de Covid-19”, foi financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e executada entre 2022 e 2024.

realizamos pesquisas de campo em abrigos, ONGs e centros de acolhimento nas cidades de Brasília (Distrito Federal) e Boa Vista e Pacaraima (capital de Roraima e cidade fronteira com a Venezuela, respectivamente).

Como já foi sinalizado acima, as pesquisas da Rede são, em grande medida, pautadas metodologicamente pela perspectiva etnográfico-performativa, que parte da premissa antropológica da observação e do registro, mas é também atravessada pelas linguagens artísticas (Hartmann, 2021). Desta forma, a observação não é apenas participante, mas é propositiva, poética, performativa COM as crianças. As histórias das crianças emergem, assim, em meio à leitura de um livro, a jogos teatrais, a partilha de canções brasileiras e venezuelanas, a criação de brinquedos com materiais não estruturados ou, simplesmente, enquanto adultos, jovens e crianças soltam bolhas de sabão, porque a bolhas voam ao sabor do vento, sem fronteiras.

Figuras 1 e 2 – Pesquisa etnográfico-performativa na Casa Bom Samaritano



Fonte: Luciana Hartmann (2022).

Nosso contato com as crianças venezuelanas residentes em Brasília iniciou em junho de 2022, na Casa Bom Samaritano, centro de acolhida instalado em um prédio cedido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), gerida pelo Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), das Irmãs Scalabrinianas, e pela Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI Brasil). Desde então, passamos a ir semanalmente à Casa, durante um turno. A pesquisa foi/é realizada coletivamente, por mim e por orientandas, pesquisadoras de ensino médio, graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, variando de acordo com o período. Em cada encontro, contamos em média com duas a três pesquisadoras, que planejam as atividades, realizam as ações e partilham os registros audiovisuais e escritos⁶. Embora frequentemente as pesquisas

6. Este processo de realização coletiva de pesquisa também tem sido objeto de reflexão por parte de nosso grupo, mas infelizmente excede os limites deste artigo.

de campo sejam feitas em grupo, cada pesquisadora debate e reflete sobre um aspecto específico⁷. Por exemplo: quatro bolsistas de Iniciação Científica de Ensino Médio (duas refugiadas venezuelanas, Manuelys Quiaragua e Ruth Rodriguez Montano, e duas brasileiras, Emily Dutra e Sofia Felício da Silva, todas com 16 anos à época) desenvolveram entre 2022 e 2023 oficinas que envolveram a narração e a escuta de histórias das crianças que deram origem ao livro “Pasito a Pasito – cruzando fronteiras”, que será detalhado abaixo⁸.

Figuras 3 e 4 – Pesquisa etnográfico-performativa na Casa Bom Samaritano



Fonte: Luciana Hartmann (2023).

A Casa Bom Samaritano tem estrutura para acomodar até 94 pessoas ou 15 famílias, e fornece apoio, no âmbito do Projeto Acolhidos pelo Trabalho, para que as famílias migrantes consigam emprego e moradia no Distrito Federal, embora muitas acabem se deslocando também para as regiões Sul e Sudeste do país. As famílias que chegam à Casa são provenientes de abrigos de Boa Vista, onde viveram, por vezes, mais de um ano, e solicitam voluntariamente a interiorização. Para as crianças, portanto, a Casa é mais um território de passagem que elas experienciam.

Trabalhar com crianças em territórios de passagem envolve muitos desafios do ponto de vista metodológico⁹. Um deles – talvez o principal – é referente ao estabele-

7. Em algumas ocasiões, também realizo pesquisas individualmente. Nos últimos anos, por exemplo, fiz pesquisas de campo em 2022 e 2024 em abrigos de imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Paracaima, no estado de Roraima, Brasil, e em 2023 passei duas temporadas de coinvestigação com crianças migrantes e não migrantes da Escola Básica do Castelo, em Lisboa, Portugal.

8. No mesmo período, o estudante de Artes Cênicas Gregório Borges Machado desenvolveu a pesquisa “Onde estão as crianças imigrantes do DF? Mapeamento geoespacial e escuta de narrativas de pequenos imigrantes por meio de jogos teatrais e da contação de histórias” e a estudante de Jornalismo Isabella Cordeiro realizou, no ano seguinte (2023-2024) o subprojeto “Educomunicação e Jornalismo Infantil: formas de mostrar e unir a voz de pequenos migrantes com as escolas e meios de comunicação”, todos em colaboração com outras pesquisadoras.

9. Debatemos a falta de tempos/espços para a manifestação lúdica e crítica das crianças e jovens que vivem em abrigos humanitários no artigo “Escuta de crianças deslocadas como sujeitos de direito em Moçambique e Brasil” (Pastore e Hartmann, 2023).

cimento de vínculos e à continuidade das relações, pois nunca se sabe ao certo quais crianças ainda estarão na Casa na semana seguinte. Rapidamente entendemos que teríamos que fazer planejamentos a curto prazo, com atividades, que pudessem iniciar e acabar no mesmo dia. Outro desafio foi lidar com uma faixa etária muito ampla, que ia de bebê de colo a adolescentes e jovens de 18 anos. Como garantir ações de acolhimento, participação e protagonismo das crianças e jovens que sejam também seguras para todos? Boa parte das crianças também estava pouco habituada às rotinas de organização de grupo, comuns em espaços escolares, pois haviam deixado de estudar desde que partiram da Venezuela ou ainda não haviam frequentado a escola. Foi neste contexto que as crianças venezuelanas começaram a nos contar sobre seu percurso de escolarização no Brasil¹⁰.

Na abordagem etnográfico-performativa, para além da observação, todos, crianças, jovens e adultos, “performam” juntos. Mas o que isso quer dizer? Que a produção de conhecimentos se dá por meio de partilhas performativas, marcadas pela experiência corporal e estética, que são, concomitantemente, processo e produto, criação e reflexão. Neste sentido, as narrativas, depoimentos, falas das crianças não surgem em entrevistas ou conversas formais, ao contrário, são produzidas em contextos de jogos, manualidades, improvisações, brincadeiras.

Foi nestes contextos que escutamos as falas citadas abaixo, todas de crianças que residiram na Casa Bom Samaritano em diferentes períodos. São extratos de diálogos mais longos, que permitem compreender algumas particularidades, minúcias e sutilezas de suas experiências iniciais de escolarização no Brasil:

Melany (6 anos): A escola ligou hoje para os meus pais e disse que não devia ir hoje porque eu vou me perder. [...] Minha professora, que se chama Luciana, não veio porque estava doente. Ela faltou. E quando tocou a campainha do recreio uma senhora nos colocou para ter aula com outros alunos. Eu passei mal... porque as crianças que estavam nessa turma eram tão grandes que podiam estar no sexto ano! Era incrível, porque eram tão grandes os meninos e faziam muito barulho. Então quando sonó a campainha de recreio: Pammmmm!!! Fui ao recreio lá fora e quando voltei vi tudo muito diferente e fiquei andando pela escola, andando, andando... E aí uma menina me perguntou o que estava acontecendo. Então eu disse a ela que me perdi. Aí essa menina me ajudou a ir para a minha sala.

Fabiana (10 anos): Eu gosto da escola. Minha professora é muito bonita e trata as pessoas bem. Ela se chama “tia”. Estou no quarto ano. Meu irmão ia passar para o quinto ano, pero deixaram ele no terceiro ano.

10. Oliveira (2021) vai tratar dos desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima.

Jeremy (11 anos): La escuela es casi lo mismo, verdad. Yo llegué, no me preguntaron nada, pero me pusieron en ese grado, verdad. Fue porque no me hicieran ninguna prueba ni nada de eso. Fue porque yo estaba en Boa Vista en 7C. Me pasaron para B. Me subieron más o menos un. Y... Yo llegué y me senté, me preguntaron mi nombre, tuve que traer un papel de las profesoras, me asignaron el papel y preguntaron la llamada y lo demás, que, si sabía hablar portugués, yo dice que un poquito, de donde venía... y dice a ellos que era venezolano, que yo hablaba español, y ellos pensaron que yo era de España, y yo dije no, que era venezolano.

Helen (11 anos): En la escuela estoy en cuarto año, porque cuando yo estaba en la prueba no le presté atención, y por eso fue que me pasaron para cuarto. Y en Venezuela iba para sexto. [...] Mamá quería... Ella quería que me matricularan en el grado que estaba en Venezuela. La directora de la escuela dijo que primero se hace una prueba. Entonces, yo fue a la prueba, estaba muy nerviosa, y estaba haciendo a la prueba y conocí una niña, entonces empezamos a hablar y yo no estaba prestando atención a la prueba. Era prueba de Matemática, Lenguaje y Historia. Tenía como cosas en portugués, y español ... No me acuerdo muy bien. La maestra nos explicó al principio, pero después a mí me daba pena decirle que yo no entendía. Y no le pregunté. Y fue por eso que me retrasaron de año.

Aquí se me hizo difícil la escuela, pero mi papi me descargó una aplicación que era para aprender el portugués. Yo estuve en un curso de portugués y aprendí “Oi tia, posso ir ao banheiro?” Entonces ahí le pregunto: “Oi tia, posso encher minha garrafinha?” Entonces ella me dice: “Pode”. Y es así como yo aprendo. Bueno, la mayoría fueron los compañeros y las profesoras que me ayudaran, que cuando yo no sabía algo, yo les decía, ¿cómo se fala eso? Y así es como yo aprendo más.

Como vemos, diversos aspectos que aparecem na fala de Mariana, apresentada no início deste texto, são repetidos aqui, como a dificuldade de realizar as provas de nivelamento em português, o rebaixamento de nível escolar da criança e o apoio fundamental da “tia”, no caso, a professora. Merece destaque o fato de que Fabiana atribui a designação “tia” ao nome da professora. No Brasil, na Educação Infantil e Ensino Fundamental é comum as professoras serem chamadas de “tia” – laço de parentesco que se refere à irmã da mãe ou do pai. Isso foi criticado por Paulo Freire em um livro de 1997 intitulado “Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar”. Nele o educador argumenta: “Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco” (Freire, 1997, p. 8). Essa confusão de papéis, tão naturalizada (e criticada) há décadas no Brasil, é um dos fatores que, como percebemos na fala de Fabiana, gera incompreensões ou estranhamentos entre as crianças migrantes. Ou seja, é um dos fatores aos quais devemos estar atentas quando se trata de acolhimento e inclusão deste público.

Nessas falas das crianças, aparecem também elementos novos: a importância da ajuda dos companheiros, colegas de classe¹¹, trazida nas falas de Melany e Helen; a ausência de prova de nivelamento e o desconhecimento do idioma espanhol por parte das professoras, comentados por Jeremy; e ainda o uso das tecnologias de informação por parte das crianças, como aplicativos de tradução, para garantirem a comunicação básica com a "tia": "Oi, Tia, posso ir ao banheiro?", como conta Helen.

Fundamentalmente, o que podemos constatar a partir dessas pequenas narrativas é a falta de políticas públicas em nível nacional que garantam o pleno direito à inclusão escolar das crianças migrantes e refugiadas no Brasil. Como já apontado anteriormente, para além da Resolução nº 1 do CNE, de 13 de novembro de 2020, que garante o direito à matrícula para essas crianças, não há procedimentos-padrão nas escolas brasileiras em relação às provas de nivelamento e as professoras não recebem formação específica (muitas vezes nem informações básicas) para promover o acolhimento de crianças não falantes do português. Temos ouvido depoimentos de professoras e gestoras de escolas (que não iremos aprofundar neste momento, pois o foco aqui são as vozes das crianças) manifestando sua surpresa e grande dificuldade ao receberem crianças migrantes, algumas delas falantes de idiomas absolutamente distantes do português, como farsi, árabe ou mandarim. Pouco ou nenhum preparo ou formação é oferecido por parte das gestões municipais ou estaduais.

O cenário só não é mais crítico porque, há que se reconhecer, diversos estados e municípios brasileiros têm se manifestado e proposto políticas públicas em nível local, formações continuadas para professoras e cartilhas de acolhimento (GDF, 2023; Governo do Estado de SP, 2020, entre outros). E sobretudo porque há inúmeras e valiosíssimas iniciativas individuais de acolhimento e integração de crianças e jovens migrantes, por parte de professoras e escolas por todo o país, como por exemplo a Escola Classe Café sem Troco, de Brasília, que acolhe crianças indígenas venezuelanas da etnia Warao na turma multisseriadas da professora Maria Janerrandra e a EMEI João Mendonça Falcão, de São Paulo, onde a Professora Dione Aparecida Fonseca desenvolve um projeto de acolhimento e integração das crianças brasileiras e migrantes, através da escuta, da música e da troca entre as culturas¹².

No Webinar 3, intitulado "Região Centro-Oeste: experiências e práticas de inclusão de crianças e jovens migrantes e refugiados nas escolas", realizado pela Rede In-

11. Para uma reflexão específica sobre a importância das amizades no processo de acolhimento e integração de crianças imigrantes, ver o artigo de nossa companheira da Rede Infâncias Protagonistas Indira Granda: "La dimensión afectiva en la investigación de las migraciones infantiles: metodologías bajo la lente" (Granda, 2024).

12. Estas iniciativas são detalhadas pelas próprias professoras nos Webinários "Infâncias Protagonistas: migração, arte e educação em debate", disponíveis em: <https://www.infanciasprotagonistasunb.com.br/webin%C3%A1rios>.

fâncias Protagonistas, no dia 11 de junho de 2024, a Professora Maria relata o contexto de chegada das crianças Warao e as estratégias de acolhimento adotadas pela escola:

[...] tem uma comunidade Warao pertinho da escola e os alunos estavam sem estudar, então o Ministério Público entrou em contato com a Sheila, a diretora. Só que não tinha espaço físico para eles, porque eram muitos alunos e nós não tínhamos sala. Então foi uma força-tarefa, a escola pegou o palco e fez uma sala improvisada [...]. Aí me fizeram convite dessa maneira: professora Maria, tem uns alunos venezuelanos, indígenas, que falam espanhol, mas está todo mundo no mesmo nível, alunos de 4 anos a 17 anos. Com o passar dos dias a gente percebeu que não, eles não estavam no mesmo nível. Então, tinha alunos que já estavam começando a ler, tinha alunos que realmente nunca tinham ido à escola... Então os de quatro e cinco anos foram inseridos na educação infantil. [...] Eu fiquei com os meninos de seis a dezessete. A Sheila, a diretora da escola, é maravilhosa. Ela sempre quis uma professora que falasse espanhol, ela dizia, “Porque eu quero que os meus alunos se sintam acolhidos. Que eles não fiquem perdidos quando eles chegarem aqui. Que eles possam entender o que o professor vai falar”. Então nós alfabetizamos em português, mas a nossa mediação é feita em espanhol.

Além de uma professora bilíngue, a turma de crianças e adolescentes Warao conta também com um monitor da comunidade, falante de Warao. Enquanto na Escola Café sem Troco as estratégias de inclusão estão pautadas na manutenção do grupo étnico unido e na presença de tradutores/mediadores interculturais, na Escola de Educação Infantil João Mendonça Falcão, de São Paulo, a Professora Dione relata que as mais de 12 nacionalidades das crianças matriculadas demandaram outras propostas pedagógicas. Para criá-las, Dione conta no Webinário 5, intitulado “Região Sudeste: Relações Interculturais no Espaço Escolar, Repensando Formas de Conviver, Trocar e Transformar”, transmitido no dia 02 de julho de 2024, que recorreu às próprias crianças:

[...] a gente recebe crianças da América Latina, do continente africano, da África, do continente africano, da Ásia e é caldeirão cultural, né? Começamos a olhar para essas crianças a partir das chegadas. Então a gente observava que as crianças sofriam muito, pois muitas vinham de situação de guerra, desastres naturais, problemas políticos nos seus países... E são crianças pequenas. Na nossa escola nós recebemos crianças de quatro a seis anos. Então, vocês imaginam para a criança entender tudo isso que está acontecendo com ela, mudar de país, num lugar que a língua é diferente, tudo se torna muito difícil. Imagina que ela entra numa escola em que ela não conhece ninguém, que ninguém fala a língua dela, e aí ela sente muito medo, não só ela como as famílias. Então o nosso projeto nasce dessa necessidade de acolher essas famílias migrantes, e quando gente acolhe a família e a criança migrante, a gente acolhe também a família brasileira. Então o projeto nasce para todo mundo

[...] Com a minha turma, nosso projeto começou muito pequenininho, a gente conversou com as crianças e elas são muito incríveis, né? Elas falaram: vamos fazer desenhos, vamos enfeitar a sala, vamos dar abraço, vamos cantar. Então pesquisamos acolhimento de boas-vindas para receber essas crianças e esperar por elas, saber o nome delas, quem que está chegando, de onde vem, né? E se preparar. É como se a gente enfeitasse a nossa casa para receber alguém. Então, quando você tem propósito, a criança sente, por mais que ela fale uma língua diferente, ela sente que está sendo esperada. [...] Depois, com o grupo, gente faz uma pesquisa de cantos do mundo, mas específicos de cada país que está na nossa sala. Então, se tem criança da Bolívia, a gente vai pesquisar cantos da Bolívia. Se tem da Venezuela, a gente vai pesquisar, aprender os significados desses cantos e ampliar o nosso repertório musical. E depois a gente faz trabalho com os instrumentos sonoros.

Percebemos que os diferentes idiomas falados pelas crianças migrantes aparecem novamente como um desafio, mas Dione e sua turma, além do abraço, recorrem, às linguagens artísticas como a música e o desenho para comunicar e acolher. Iniciativas como essas demonstram que gestoras, professoras, famílias, comunidade e crianças juntas conseguem mudar realidades locais e podem servir como exemplos de boas práticas para a criação de políticas públicas que estabeleçam parâmetros de inclusão em nível nacional.

4 "Pasito a Pasito" e outros processos de cocriação da Rede Infâncias Protagonistas

Nossa proposta com a Rede Infâncias Protagonistas é, justamente, partir da escuta das crianças, mas sem esquecer de seus familiares, professoras e gestoras, para então criar oportunidades de troca de conhecimentos e de experiências de boas práticas de acolhimento e inclusão. Para isso desenvolvemos uma série de materiais que podem – ou não – ter uso didático. Embora as demandas possam vir dos adultos, a forma e o conteúdo dos materiais são criados sempre em processos agenciados pelas próprias crianças, que atuam como copesquisadoras.

Dentre estes materiais, saliento aqui a criação do livro infantil "*Pasito a Pasito – cruzando fronteras*", que contém narrativas, jogos e brincadeiras de crianças migrantes venezuelanas residentes na Casa Bom Samaritano.

Figuras 5 e 6 – Crianças com o livro “*Pasito a Pasito, cruzando fronteras*”



Fonte: Izabella Mendonça Formiga do Nascimento (2023).

O livro, que teve uma primeira edição artesanal lançada no final de 2023, é resultado de um processo que envolveu, além das crianças, quatro bolsistas de iniciação científica de ensino médio, dentre as quais duas venezuelanas que já haviam vivido na Casa, três pesquisadores da graduação, uma mestrande, uma doutoranda e uma pós-doutoranda. O processo iniciou com oficinas de criação artística realizadas com as crianças, baseadas em narração de histórias e jogos teatrais, durante um período de 2 meses, nas quais as histórias contadas pelas crianças eram registradas em áudio. Depois as narrativas foram transcritas pela equipe e as pesquisadoras venezuelanas contribuíram na tradução. Posteriormente, foram selecionadas as narrativas que iriam compor o livro. Neste momento, o grupo entendeu que as histórias poderiam ser divididas em categorias, que posteriormente se tornaram os capítulos do livro: Na Venezuela, A Travessia, No Abrigo, Na Escola, Tenho Medo De. Baseadas nas demandas e sugestões das crianças, também foram inseridas no livro uma canção venezuelana, uma história adaptada de um conto de Ziraldo e brincadeiras como liga-pontos do mapa mundi e cruzadinhas. Esse processo levou cerca de 4 meses. O livro foi diagramado e ilustrado por uma bolsista de apoio técnico da Rede, a partir de propostas do coletivo. O título foi sugerido pela bolsista de IC Manuelys, de 16 anos. Ela narrou para a equipe de colegas de pesquisa que na travessia de sua família da Venezuela para o Brasil, durante a pandemia, através da floresta montanhosa e úmida que liga os dois países, sua mãe sempre dizia: “Pasito a pasito, mis hijos. Pasito a pasito llegaremos.” E seu irmão menor repetia: “pasito a pasito...”¹³ A expressão, assim, forneceu o título que buscávamos para o livro, a partir de um processo, também, de cocriação. A etapa final foi a impressão e a distribuição do livro às crianças moradoras da Casa Bom Samaritano. Posteriormente, o livro passou por revisões e ajustes, e foi disponibilizado gratuitamente para impressão no site da Rede (<https://www.infanciasprotagonistasunb.com.br>).

13. A história completa contada por Manuelys consta do capítulo “Pasito a Pasito”, que abre o livro “Infâncias Migrantes e Refugiadas: acolher com arte e educação” (Quiaragua Pericana, 2025).

Figura 7 – Print da tela de abertura do site da Rede Infâncias Protagonistas



Fonte: Luciana Hartmann (2026).

O processo de criação do livro “*Pasito a Pasito*” exemplifica o que estamos propondo como etnografia performativa: todos performam juntos, ao longo de todo o processo, seja participando de um jogo teatral, seja da narração compartilhada de uma história, seja na performance da escrita, da tradução, da ilustração e da leitura. Uma das reverberações do livro entre as próprias crianças deu origem ao episódio 4 do Podcast “Migracontos”, outra produção da Rede realizada a partir dos registros etnográfico-performativos¹⁴. Neste episódio, narrado por Manuelys, podemos ouvir as vozes de crianças da Casa que, ao lerem o livro, lembram de suas próprias vivências ou recordam histórias tradicionais da Venezuela (como *El Silvón*), e passam a contá-las. As vozes das crianças também podem ser escutadas por meio do Totem Interativo, um dispositivo desenvolvido pela Rede para divulgar as histórias, experiências, brincadeiras e reflexões de crianças migrantes e refugiadas em escolas e eventos, como foi o caso da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia - COMIGRAR, promovida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em novembro de 2024, na Universidade de Brasília. As narrativas inseridas no Totem também estão disponíveis no site da Rede, assim como outros materiais didáticos, livros, artigos, cursos online de formação de professoras e informações detalhadas sobre os eventos promovidos pela equipe.

14. Outro exemplo de pesquisa com a mesma metodologia, porém em outro contexto, foi o intercâmbio entre estudantes das turmas de 3º e 4º. Ano da Escola Parque 210/211 Norte – Brasília (Brasil) e da Escola Básica do Castelo, de Lisboa (Portugal). A partir de debates sobre diversidade cultural e os direitos das crianças, de jogos teatrais, trocas de cartas e vídeos entre as turmas, os estudantes criaram o Jogo de Cartas dos Direitos das Crianças. O processo de criação deste jogo é descrito e analisado no capítulo “Entre o Parque e o Castelo: a criação compartilhada do ‘Jogo dos direitos das crianças’ entre crianças de escolas no Brasil e Portugal” (Hartmann; Castro; Silva, 2025).

Figura 8 – Totem sendo utilizado durante a 2ª COMIGRAR



Fonte: Izabella Mendonça Formiga do Nascimento (2024).

O que dizem as crianças? – Considerações finais

Não basta escutarmos as crianças – nossa escuta tem que ser “consequente”, como propõe Marchi, Muller e Zão (2024, p. 76). Ou seja, a partir da escuta, temos que aprender algo acerca dos processos vividos pelas infâncias e propor formas concretas para assegurar que seus direitos sejam respeitados. As narrativas sobre as experiências de escolarização das crianças migrantes trazidas acima demonstram, por um lado, que a Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020, que prevê em seu artigo 6º: “O processo de avaliação/classificação deverá ser feito na língua materna do estudante, cabendo aos sistemas de ensino garantir esse atendimento” (Brasil, 2020), não tem sido cumprida em relação às provas de nivelamento, e também não tem sido suficiente para garantir a matrícula e a permanência das crianças migrantes e refugiadas nas escolas. Por outro lado, as falas sinalizam como atitudes individuais de professoras, de familiares e de colegas, têm sido fundamentais na inclusão escolar dessas crianças.

Nosso desafio tem sido: como promover espaços/tempo de escuta efetiva das crianças migrantes e o que fazer concretamente com esta escuta? As ações da Rede Infâncias Protagonistas nas escolas, abrigos e centros de acolhimento têm procurado, de

alguma maneira, responder a esta questão. O livro “*Pasito a Pasito*”, o podcast “Migracontos” e o Totem Interativo são alguns exemplos de produções que pretendem expandir as vozes das crianças para além de seus ambientes escolares e familiares e a partir destas difundir e valorizar suas opiniões, desejos e demandas.

Individualmente, como pesquisadora, tenho uma trajetória de mais de quinze anos trabalhando com a escuta das crianças migrantes, procurando compreender “o quê” e, sobretudo, “como” elas contam suas histórias (suas “performances narrativas”). Durante muito tempo, acreditei que isso era relevante. Há alguns anos, porém, logo após a apresentação de uma comunicação oral na *Bienal de Infancias y Juventudes* de 2016, em Manizales, fui provocada por um jovem: “Professora, como seu trabalho impacta nas políticas públicas de seu país?”. A partir de então, o questionamento daquele jovem começou a me acompanhar. Em 2022, finalmente, o projeto debatido neste artigo começou a tomar forma, com o objetivo de produzir dados que, para além de estatísticas, relatórios, artigos, teses e dissertações, podem ser narrativas, performances, canções, livros infantis, podcasts, que contribuam de forma efetiva na criação e na implementação de políticas públicas para a inclusão de crianças migrantes e refugiadas em escolas brasileiras. Para isso, é fundamental que as crianças estejam presentes – e atuantes – em todo o processo.

Referências

ACNUR (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS). **Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/publicacoes>. Acesso em: 10 set. 2025.

ACNUR (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS). **Dados sobre refúgio - Global Trends Forced Displacement**. 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 10 set. 2025.

ANDRÉ, Bianka Pires. A diversidade dos alunos estrangeiros e seu processo de adaptação em escolas brasileiras. In: BAHIA, Joana e SANTOS, Miriam (Org.). **Um olhar sobre as diferenças: a interface entre projetos educativos e migratórios**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

AZEVEDO, Rômulo Sousa de; AMARAL, Cláudia Tavares do. Educação para além da matrícula: crianças migrantes, refugiadas. **Revista Teias**, v. 23, n. 69, p. 134-146, 2022.

AZEVEDO, Ana Paula Z; BARRETO, Ketlin P. A migração infantil e o acesso à educação básica de crianças migrantes em solo brasileiro. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 6, p. 86-102, 2020.

ASSUMPÇÃO, Adriana Maria; AGUIAR, Gabriela de Azevedo. “Você precisa falar português com seu filho” - Desafios para o processo de inclusão de crianças migrantes em escolas do Rio de Janeiro. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 81, n. 1, p. 167-188, 2019.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152>. Acesso em: 10 set. 2025.

ARMAGNAGUE, Maïtena; RIGONI, Isabelle. Saisir le point de vue de l'enfant. Enquêter sur la participation socioscolaire des élèves migrants. **Recherches Qualitatives**, Hors-série, n. 20, p. 311-329, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2024**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

CLEMENTE, Angeles; DANTAS-WHITNEY, Maria; SILVA, Regina Coeli; MILSTEIN, Diana. GUERRERO, Alba Lucy (Org). **Dos momentos inesperados e interesses surpreendentes**: (re) invenção e (re)descoberta na etnografia colaborativa com crianças e jovens. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

DAMÁSIO, Marcia Jose; RODRIGUES, Marilda Merência. Os migrantes chegam às escolas... e as políticas públicas? **Revista Teias**, v. 23, n. 69, p. 147-163, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/66114>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FARIA, Ana Lucia G. *et al.* (Org.). **Infâncias e Pós-Colonialismo** – pesquisas em busca de Pedagogias descolonizadoras. Campinas/SP: Leitura Crítica/ALB, 2015.

FLORENCIO, Giovana de Carvalho. Os direitos humanos das crianças refugiadas no Brasil do século XXI: interfaces educacionais. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 46, n. 2, p. 592-606, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i2.67348.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não** - cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho D'água, 1997.

GDF. Governo do Distrito Federal. **Pode chegar**. Diretrizes Operacionais e Pedagógicas para a Política de Acolhimento e Atendimento para Escolarização de Estudantes Não Falantes da Língua Portuguesa na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília, 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Bem-vindo à Escola!** Orientações para ingresso de crianças, jovens e adultos migrantes internacionais na rede pública de ensino do Estado de São Paulo. São Paulo, 2020.

GRANDA, Indira. La dimensión afectiva en la investigación de las migraciones infantiles: metodologías bajo la lente. **REMHU - Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana**, 32, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880003206>. Acesso em: 10 set. 2025.

GUERRERO, Alba Lucy; CLEMENTE, Ángeles; MILSTEIN, Diana; DANTAS-WHITNEY, Maria (Org.). **Bordes, límites y fronteras:** encuentros etnográficos con niños, niñas y adolescentes. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2017.

HARTMANN, Luciana. **Crianças contadoras de histórias.** Brasília: Editora da UnB, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/9786558461517> [e-book]. Acesso em: 10 set. 2025.

HARTMANN, Luciana; CASTRO, Ana Carolina da S. Etnografia Performativa como metodologia de pesquisa em Artes Cênicas. **Revista Aspás (USP)**, v. 14, n. 1, p. 70-88, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3999.v14i1>.

HARTMANN, L.; CASTRO, A. C. S.; SILVA, A. L. R. Entre o Parque e o Castelo: a criação compartilhada do "Jogo dos Direitos das Crianças" entre estudantes de escolas públicas no Brasil e em Portugal. In: HARTMANN, L; GIRARDELLO, G.; ZANINI, M. C. C.; BEINEKE, V.; SHUÑA, R. P. B. (Org.). **Infâncias migrantes e refugiadas: acolher com arte e educação.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. p. 189-205.

LIEBEL, Manfred; MUÑOZ, Marta. Niñas y niños investigadores en América Latina. Cuestionando la investigación Académica. **Desidades**, n. 38, ano/año 12, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54948/desidades.v1i38.59388>. Acesso em: 10 set. 2025.

MARCHI, João; MÜLLER, Verônica Regina; ZÃO, Maria Emília. Sociologia da Infância e Educação Social: subsídios teóricos e basilares acerca das infâncias. In: RÜCKERT, F. Q.; MÜLLER, V. R. (Org.). **Educação Social em Perspectiva Regional:** pesquisas no Mato Grosso do Sul e no Paraná. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 53-80.

MILSTEIN, Diana. Etnografía con niños y niñas: oportunidades educativas para investigadores. **Espacios en blanco**, Serie Indagaciones, v. 25, n. 1, p. 193-212, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org/ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-94852015000100012&lng=es&tlng=es. Acesso em: 10 set. 2025.

MILSTEIN, Diana. Children as co-researchers in anthropological narratives in education, **Ethnography and Education**, v. 5, n.1, p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17457821003768406>. Acesso em: 10 set. 2025.

NORÕES, Kátia. C.; SANTOS, Maria Walburga dos; SANTIAGO, Flávio (Org.). **Crianças em deslocamentos – infâncias, migração e refúgio**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

NUNES, Larissa da Silva. **Operação Acolhida: política pública para migrantes venezuelanos, interiorização e acesso a direitos**. 2024. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas (FGV), Brasil, 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 01-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13655>. Acesso em: 03 abr. 2023.

OLIVEIRA, Janaine V. de. Atravessar fronteiras e transpor barreiras: desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima – Brasil. **Desidades**, n. 30, p. 124-141, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.54948/desidades.v0i30.46014>. Acesso em: 05 out. 2024.

PARAGUASSU, Fernanda. **Narrativas de infâncias refugiadas** – a criança como protagonista da própria história. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

PASTORE, Marina N.; HARTMANN, Luciana. Escuta de crianças deslocadas como sujeitos de direito em Moçambique e Brasil. **Linhas Críticas**, v. 29, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/50651>. Acesso em: 10 set. 2025.

PLATAFORMA R4V. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 10 set. 2025.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 225-70, 2007. Disponível em: https://revistas.usp.br/ra/pt_BR/article/view/27261. Acesso em: 10 set. 2025.

PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos** (UFRGS), v. 34, p. 137-157, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000200007>. Acesso em: 10 set. 2025.

QUIARAGUA PERICANA, Manuelys Del Valle. Pasito a Pasito. In: HARTMANN, L; GIRARDELLO, G.; ZANINI, M. C. C.; BEINEKE, V.; SHUÑA, R. P. B. (Org.). **Infâncias migrantes e refugiadas: acolher com arte e educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025, p. 28-31.

TONHATI, T.; ARAÚJO, A. Mulheres, “um corpo no mundo”: migração feminina no Brasil. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 18, n. 18, p. 15-30. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2023. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2024/01/CADERNO-DE-DEBATES-18.pdf>. Acesso em: 08 set. 2025.

WALDMAN, Tatiana Chang; BREITENVIESER, Camila Barrero Caminhos da participação social na formulação de políticas públicas: infância e migração internacional em São Paulo. **Zero-a-seis**, v. 23, n. 43, p. 627-651, 2021. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8121747>. Acesso em: 01 set. 2023.